

Educação Integral do Trabalhadores: Projeto Político Pedagógico

**Proposta Curricular
na Área do Turismo e Hotelaria**

Revisão:

Ismael Venâncio de Melo

Wander Bárbara

Capa:

Nivaldo R. Moretto

Wander Bárbara

Projeto gráfico e diagramação

Gráfica Agnus Ltda.

Preparação do original

Rosana Miyashiro

E73e Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT
Educação integral dos trabalhadores : projeto
político pedagógico na área de turismo e hospitalidade
/ Rosana Miyashiro e Nivaldo R. Moretto, orgs. -
Florianópolis : Central Única dos Trabalhadores - CUT,
2005.

XXp.

I. Título II. Miyashiro, Rosana, org. III. Moretto,
Nivaldo R. org. 1. Educação integral dos trabalhadores
2. Trabalho e educação 3. Educação profissional

Educação Integral do Trabalhadores: Projeto Político Pedagógico

**Proposta Curricular
na Área do Turismo e Hotelaria**

Organizadores

Nivaldo R. Moretto e Rosana Miyashiro

Não posso reconhecer os limites da prática político-educativa em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem a pratico. O *a favor de quem pratico* me situa num certo ângulo, que é de classe, em que diviso o *contra quem pratico* e, necessariamente, o *por que pratico*, isto é, o próprio sonho, o tipo de sociedade de cuja invenção gostaria de participar.

Paulo Freire

SUMÁRIO

Apresentação	09
1. A IMPORTÂNCIA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES.....	13
1.1. As transformações no mundo do trabalho e os impactos na educação	13
1.2. A Política Nacional de Formação da CUT e os desafios no campo do Trabalho e Educação.....	26
2. BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA – CUT.....	33
2.1. Os desafios da Educação Integral dos Trabalhadores na Área do Turismo e Hospitalidade.....	33
2.1.1. Caracterização da Área do Turismo e Hospitalidade...37	
2.1.2. Objetivos da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT.....	47
2.2. Educação Integral dos Trabalhadores: pressupostos teórico-metodológicos.....	49
2.2.1. Diretrizes da proposta curricular na Área do Turismo e Hospitalidade	57
2.2.2. Estratégias da ação pedagógica: planejamento coletivo, avaliação processual e diagnóstica, sistematização da experiência e formação dos educadores	80
Referências Bibliográficas	95

Apresentação

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT é fruto dos acúmulos teórico-metodológicos e práticos advindos das diversas experiências realizadas nos últimos anos no âmbito da Rede de Formação da CUT e, em especial, das propostas de Educação Profissional na perspectiva da Educação Integral dos Trabalhadores. Experiências essas balizadas pela Política Nacional de Formação construída ao longo da trajetória de existência da Central.

Fazem parte desta publicação, os desafios e preocupações que emergem no processo de formulação de propostas educativas que tenham em seus Percursos Formativos a concretização da Educação Integral dos Trabalhado-

res. A explicitação das bases teórico-metodológicas que fundamentam o Projeto Político Pedagógico da Escola de Hotelaria e Turismo Canto da Ilha – CUT expressam um processo em construção.

Os trabalhadores, como sujeitos do processo de construção do conhecimento e, portanto, como Sujeitos Históricos, são o foco das ações educativas propostas para potencializar a produção e apropriação de conhecimentos pelos trabalhadores numa perspectiva de transformação social.

Assim, a proposta educativa não se restringe ao atendimento dos conteúdos e necessidades colocados pelo mercado. Ao contrário, é central em nosso projeto educativo o processo de humanização dos sujeitos, que advém de seu reconhecimento enquanto sujeitos-trabalhadores que sofrem as injunções do modo de produção capitalista. A humanização da qual falamos é decorrência do processo permanente de reflexão crítica sobre a realidade, para além do aparente, do imediato. Ou seja, para potencializar as lutas pela transformação é necessário compreender as condições históricas que permeiam cada momento da (re) produção da existência pelos homens.

A Educação Integral dos Trabalhadores se fundamenta na necessidade de possibilitar a compreensão das várias dimensões da vida dos sujeitos (no trabalho,

na comunidade, na família, etc) para além da formação restrita aos imperativos da produtividade e do mercado. Deve possibilitar a ampliação da consciência crítica dos trabalhadores na perspectiva da organização coletiva e autônoma com vistas ao enfrentamento dos desafios colocados no momento atual.

Pensar a educação na ótica do Trabalho significa tomar a prática social dos trabalhadores como ponto de partida do processo educativo: seus problemas, suas necessidades e seus desafios. Significa, também, um alargamento das lutas por políticas públicas que estabeleçam a relação necessária entre a política de educação, a política de emprego, trabalho e renda e a política de desenvolvimento.

Num momento em que prevalece a mercantilização da vida, a proposta de Educação Integral visa combater o processo de desumanização dos homens e a retomada da perspectiva de construção de uma nova sociedade, que celebre a vida e o desenvolvimento integral de todos.

José Celestino Lourenço
Secretário Nacional de Formação da CUT

*Nós vos pedimos com insistência.
Não digam nunca: isso é Natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão
E que corre sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade desumaniza
Não digam nunca: isso é natural!
Para que nada possa ser imutável*

Bertolt Brecht

1. A Importância de um Projeto de Educação Integral dos Trabalhadores

1.1. As transformações no mundo do trabalho e os impactos na educação

Nas últimas décadas o processo produtivo mundial vem sofrendo significativas transformações. No Brasil, essas transformações ocorreram mais tardiamente em relação aos países centrais do mundo capitalista, tornando-se mais expressivas a partir da década de 90.

Se, para o capital, essas redefinições nos parâmetros produtivos favoreceram a criação de novas es-

estratégias de acumulação, para a classe trabalhadora significou novos desafios para a sua organização enquanto classe.

Para obter maiores ganhos de produtividade são introduzidas uma série de inovações tecnológicas na chamada reestruturação produtiva, com a utilização da automação e da robótica, com a definição de novas estratégias de organização e gestão do trabalho.

Mudanças significativas na divisão social do trabalho no interior das empresas são realizadas, conformando um novo paradigma produtivo que demarca uma nova fase de acumulação do capital, denominada “acumulação flexível”¹.

Dentre as novas estratégias, a polivalência do trabalhador é uma das características importantes que demarcam o fim da centralidade das profissões trazendo um forte impacto para os trabalhadores. Isso, tanto do ponto de vista da mudança no perfil das ocupações, quanto na subjetividade dos trabalhado-

1. Ver David Harvey. A condição pós-moderna. São Paulo : Loyola, 1993.

res, que vêm acirradas a competição num mercado de trabalho cada vez mais escasso. No trabalho polivalente um só trabalhador passa a realizar diversas tarefas, de maior ou menor complexidade, que antes envolviam vários trabalhadores. Tem-se como consequência imediata a eliminação crescente de postos de trabalho e, em decorrência disso, assistimos ao aumento vertiginoso dos índices de desemprego e, por consequência, o aumento da insegurança para toda a classe trabalhadora. “*Ao contrário de liberar tempo livre enquanto mundo da liberdade, produz tempo de tensão, sofrimento, preocupação e flagelo do desemprego estrutural e subemprego*”. (Frigotto, 1996 : 60)

Dessa maneira, muitos trabalhadores – alijados do mercado de trabalho formal e, sem perspectiva de voltar a ele –, buscam garantir a sua subsistência trabalhando como autônomos ou como assalariados sem carteira. Aqueles que ainda têm vínculos empregatícios formais são obrigados a se submeter a empregos com baixos salários, com jornada de trabalho intensificada e condições degradantes.

Em ambas as situações revela-se uma crescente precarização das relações de trabalho. No caso do Bra-

sil, onde praticamente não há uma rede de proteção social, os efeitos são ainda mais perversos.

Foi, também, nos anos 90 que se tornou mais evidente, em nosso país e, em geral, na América Latina, a substantiva transformação da classe trabalhadora. Registra-se, então, a sensível redução da classe operária industrial, simultânea à ampliação das diversas formas de trabalho precário. (Rummert, 2000 : 65)

Diante de um mercado internacional extremamente competitivo e da pressão por mais produtividade – que, supostamente, tornaria as empresas mais competitivas – passa-se a exigir cada vez mais do trabalhador, mesmo que essas exigências tenham pouca relação com o posto de trabalho pretendido. Dentre as exigências requeridas, a qualificação profissional, dentro do cenário atual, foi um dos aspectos significativos.

Observamos que as exigências de qualificação nem sempre guardam relação com a função pretendida. Temos como exemplo a exigência de conhecimentos da informática para trabalhadores que atuam na área de

limpeza e serviços gerais, vigilância, etc. Na maioria dos casos, tais conhecimentos jamais são utilizados no cotidiano de trabalho. Porém, este discurso tem sido eficaz para que os trabalhadores se sintam culpados pela sua situação de desemprego e busquem incessantemente cursos de qualificação profissional na esperança de (re) inserção no mercado de trabalho ou de manutenção do emprego. A situação é agravada para trabalhadores que têm pouca escolaridade, pois tal condição torna-se um fator de exclusão somado às demais exigências de novas qualificações.

No discurso dominante essas exigências aparecem como fundamentais para atender as novas demandas do mercado já que, devido à introdução de novas tecnologias no processo produtivo, seria necessário um novo perfil de trabalhador.

No plano da ordem econômica, os conceitos ou categorias ponte são: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, competitividade e qualidade total. No plano da formação humana são: pedagogia da qualidade, multi-habilitação, policognição, polivalência e formação

abstrata. Nesta perspectiva configura-se uma crescente unanimidade do discurso da “modernidade” em defesa da escola básica de qualidade. (Frigotto, 1996 : 55)

Coloca-se em pauta, dessa maneira, os novos requerimentos para a Qualificação Profissional da força de trabalho.

A lógica deste discurso fundamenta-se na idéia de que as novas tecnologias e formas organizacionais requerem mão-de-obra qualificada, sem a qual o país não pode competir no mercado internacional. Essa perspectiva aponta para uma conclusão que se pretende normativa segundo a lógica hegemônica: a educação deve atender às exigências do mercado, sendo dotada dos conteúdos exigidos pelo capitalismo para seu desenvolvimento nessa nova fase. (Rummert, 2000: 66)

Neste contexto a educação torna-se central na agenda do Capital, sob o discurso de que só através

da educação da força de trabalho o país pode se desenvolver e diminuir a miséria.

Para a classe trabalhadora a educação passa a ser condição necessária para o acesso a um posto de trabalho, mesmo para os postos de trabalho mais simples, devido à maior exigência do mercado.

Não duvidamos que o acesso à educação é importante e se constitui numa condição fundamental para qualquer trabalhador disputar um posto de trabalho, mas também sabemos que essa educação almejada não garante o emprego.

Embora saibamos que a educação sozinha não resolve nem ameniza a questão do desemprego e da exclusão social, consideramos que o acesso à educação é fundamental para que os trabalhadores possam desvendar as reais causas dos determinantes econômicos, políticos e sociais que os afetam cotidianamente.

Historicamente, as propostas educacionais para as elites pautaram-se em conteúdos universais: de apropriação científico-cultural. Já a educação para a classe trabalhadora foi marcada por conteúdos voltados para a produção. Entretanto, nos anos 90 criam-se mecanismos mais sofisticados para as propostas de Educação dos Trabalhadores que, aparentemente, propõem

a superação do mero treinamento, marca da formação profissional no paradigma fordista-taylorista.

A expressão mais acabada da proposta de adaptabilidade às mudanças em curso é a proposição do Modelo de Competências. Ao colocar como centro do processo de aprendizagem a capacidade de adaptar-se às incertezas no mundo moderno, o destino dos trabalhadores e sua futura atividade passam a ser predeterminados pelo Capital.

A noção de Competências vem se tornando hegemônica não somente no campo educacional. Tem implicações diretas nas relações de trabalho como um todo à medida que busca estabelecer novos parâmetros para as negociações de direitos dos trabalhadores a partir da individualização das demandas dos trabalhadores, isso em detrimento da perspectiva coletiva de organização e reivindicação. O reconhecimento dos saberes tácitos também é incorporado no Modelo de Competências com o objetivo de reorganizar os processos de certificação ocupacional e ajustá-lo às necessidades produtivas no atual contexto.

A noção de competência é, então, apropriada ao processo de despolitização das

relações sociais e de individualização das reivindicações e negociações. As relações coletivas não se esgotam, posto que o trabalho continua sendo uma relação social e o homem continua vivendo em sociedade, mas elas se pautam cada vez menos por parâmetros corporativos e/ou políticos para se orientarem por parâmetros individuais e técnicos. (Ramos, 2001 : 159-160)

Em suma, se anteriormente a ênfase nos conteúdos educacionais incidia numa dimensão instrumental e tecnicista circunscrita às profissões dentro do modelo fordista-taylorista, temos, hoje, articuladas ao modelo flexível de organização do trabalho, a educação pautada no Modelo de Competências que visa proporcionar a flexibilização da formação de acordo com as necessidades do mundo do trabalho e voltada, exclusivamente, para um maior aproveitamento da força de trabalho, buscando a adesão crescente dos trabalhadores à lógica do Capital.

Este princípio da adaptabilidade – que requer uma personalidade responsável, comprometida e autônoma, ao lado de

posturas flexíveis frente às incertezas – recebe o investimento da empresa, mediante o gerenciamento exercido sobre a personalidade do trabalhador. Isto favorece a interiorização dos valores da empresa e a internalização de seus modos de controle. Este tipo de gestão é instrumentalizado pela valorização de características psicocognitivas e sócio-afetivas do indivíduo, em outras palavras, do saber conjugado ao *saber fazer*. (Ramos, 2001 : p.11)

Assim, a noção de competência torna-se uma estratégia eficaz de adaptação dos indivíduos às instabilidades da vida no mundo contemporâneo que, por sua vez, produz a naturalização das relações sociais vigentes, como se fosse algo dado e determinado pelas inovações tecnológicas. Aponta-se a resolução dos problemas advindos da realidade do desemprego através de saídas individuais.

Os mais “competentes” poderão se inserir e ser bem sucedidos no mercado de trabalho. Determina-se novos padrões de comportamento humano a partir da ênfase no sujeito individual. Aparta-se as relações

sociais nas quais os sujeitos estão inseridos e, dessa maneira, enfraquece a perspectiva de organização, do sujeito coletivo.

Para a implementação das mudanças educacionais, os organismos internacionais que representam o Capital – a exemplo do Banco Mundial – passam a interferir de forma mais contundente nas diretrizes para a Educação. Em seu relatório denominado *A pobreza*, o Banco Mundial afirma, no capítulo referente à prestação de serviços sociais aos “pobres”, que “(...) *O principal bem dos pobres é o tempo para trabalhar. A educação aumenta a produtividade desse bem. O resultado, no nível individual, é uma renda mais alta, como demonstram muitos estudos*” (1990, p. iv). Vale ressaltar que o relatório deixa claro que o enfoque deve ser dado aos resultados individuais, condizente com o atual Modelo de Competência.

Desse modo, ao colocar a educação na condição de prioridade e a necessidade de maior controle sobre os resultados educacionais, explicita-se uma concepção de educação.

O incentivo ao uso de tecnologias – tanto para o uso da educação presencial quanto para a não presencial, pautada nas tecnologias de comunicação – busca

responder às necessidades imediatas da produção e legitimam-se como um modelo de educação e qualificação profissional de “qualidade” na sociedade, cuja marca é a subordinação às regras do mercado.

A consequência dessa concepção de educação é a naturalização da relação direta entre educação e produção. Assim, a educação passa a ser uma mercadoria sujeita às regras de mercado. Isto não se limita à educação profissional, mas estende-se para as outras modalidades de educação.

Observamos que o momento atual se revela com uma maior complexidade para a atuação e construção de propostas inovadoras na área da Educação Profissional que leve em conta o contexto e os desafios vivenciados pela classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT, por meio do projeto político-pedagógico proposto visa consolidar a proposta de Educação Integral dos Trabalhadores com o objetivo de possibilitar uma formação ampla, crítica e com a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados. Isso para que os trabalhadores possam ter uma intervenção consciente e coletiva na realidade em que estão inseridos. Busca-se fortalecer um projeto educa-

cional na ótica do Trabalho como elemento de disputa em um contexto de clara hegemonia do Capital.

É necessário o avanço da práxis pedagógica e o aprofundamento teórico-metodológico para conquistarmos um novo significado, no conteúdo e na forma, de um projeto emancipador de Educação.

1.2. A Política Nacional de Formação da CUT e os desafios no campo do Trabalho e Educação

A luta pela educação pública, gratuita, democrática e de qualidade sempre esteve presente nas pautas de reivindicações da CUT, em decorrência do histórico déficit educacional no país, que destituiu parcelas significativas da população brasileira deste direito fundamental. Dessa maneira, mais do que pressionar o governo a investir em educação, se faz pertinente a participação efetiva dos trabalhadores na construção de políticas de Educação que considerem as necessidades dos trabalhadores. Esse processo pode configurar importante espaço de disputa contra-hegemônica para os trabalhadores.

Em meados de 1990, o debate na CUT sobre a educação se intensifica e assume novos contornos, envolvendo vários setores do movimento sindical. A partir da necessidade de aprofundamento das reflexões em torno dos impactos das novas tecnologias no mundo do trabalho em nível mundial, tendo em vista as alterações produzidas na subjetividade, na organização e nas formas de luta dos trabalhadores, procura-se compreender a lógica da ênfase dada pelo

Capital à importância da educação diante das novas exigências de qualificação dos trabalhadores, condição *sine qua non* de inserção no mercado de trabalho neste novo contexto.

No Brasil, este quadro é ainda mais perverso considerando o contingente de trabalhadores que não tiveram acesso à educação básica e que passam a ser pressionados a se qualificarem profissionalmente: o aumento da escolaridade passa a ser um dos requisitos para a manutenção e/ou para a aquisição de um novo emprego. Condição exigida, porém dissociada da realidade educacional brasileira, marcada pela exclusão social e pela ausência de políticas públicas de educação profissional e educação básica dos trabalhadores jovens e adultos.

Anteriormente, na Central, já era questionada a dicotomia histórica entre a educação básica e educação profissional no país. A primeira esteve centrada na formação geral, via ensino propedêutico regular, enquanto a segunda era direcionada para o trabalho.

Questões como a persistência/conservação da dualidade estrutural, o caráter seletivo e excludente do sistema

educacional (expresso pelo alto déficit de atendimento e retenção), o monopólio do setor empresarial no campo do ensino e capacitação profissional, políticas de formação profissional exclusivamente centradas nas necessidades do mercado de trabalho e desarticuladas de políticas de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda tornar-se-ão os eixos centrais de discussão e enfrentamento. (Manfredi, 2002 : p. 108)

A partir dos anos 90, os desafios para superar esta dicotomia requerem o aprofundamento e compreensão do significado atual da educação. A implementação da concepção de Educação Integral, tomando o Trabalho como princípio educativo, constitui-se em alternativa às propostas do Capital. Visa possibilitar a formulação de propostas educacionais sob outras bases, articulando a educação geral à apropriação dos conhecimentos científicos e culturais no contexto contemporâneo das novas tecnologias e das transformações no mundo do trabalho.

Assim, a experiência de Educação Integral dos Tra-

balhadores pode se conformar em um campo de resistência ao paradigma dominante na medida em que tem como objetivo estratégico possibilitar aos trabalhadores uma formação ampla e crítica para a compreensão da realidade, que potencialize a organização e a intervenção na realidade. Num momento em que se estimula a competição e o individualismo em detrimento dos projetos coletivos, torna-se urgente o horizonte da transformação social.

O entendimento de que a formação profissional não deveria ser apartada da educação geral aponta novos horizontes de atuação da CUT no âmbito do Trabalho e Educação, conforme expressam as resoluções dos Congressos e Plenárias Nacionais, a partir de 1994.

De acordo com o 5º Congresso:

A formação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como o exercício de uma concepção radical de cidadania. A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou treinamento ou como mera garantia

de promoção de competitividade dos sistemas produtivos. (5º Concut, 1994)

Reafirma-se na 7ª Plenária Nacional que:

A superação do antagonismo entre formação geral e formação técnica exige a defesa de uma educação democrática, a organização da escola básica unitária, entendida como unidade que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e médio, incluídos neste nível de escolaridade os objetivos adicionais de educação profissional. Esta é a escola capaz de viabilizar a formação integral ou politécnica para a classe trabalhadora. (7ª Plenária, 1995)

O resgate político da concepção de formação profissional no bojo das relações sociais no modo de produção capitalista – situada no contexto das transformações no mundo do trabalho contemporâneo – significa recuperar sua dimensão histórica no sentido de possibilitar a consciência crítica dos trabalhadores sobre o conteúdo social do trabalho que realizam.

Dessa maneira, a perspectiva de refutar a Educação Profissional unilateralmente instituída pelo Capital, segundo as estratégias de acumulação, que se reflete no atual paradigma produtivo, deve ser tomada como estratégica na disputa de hegemonia, para o fortalecimento da luta dos trabalhadores no momento atual. Contrapondo-se ao discurso dominante que procura tratar a questão da educação como um imperativo para a solução da situação de desemprego, baseadas na competitividade do mercado e na atualização profissional compatíveis com as inovações tecnológicas. Por isso, a importância do “(...) *desenvolvimento e aprofundamento de metodologias próprias que articulem a educação básica com a formação profissional; que convertam-se em modelos alternativos ao governamental e possibilitem a disputa na sociedade pela educação que os trabalhadores concebem e defendem.*” (9ª Plenária, 1999).

A consolidação de uma proposta de Educação Integral dos Trabalhadores ganha relevância para a luta e pela intervenção nas políticas públicas e é:

Concebida como um dos princípios para qualificação dos trabalhadores no

âmbito da Política Nacional de Formação da CUT, a Educação Integral pressupõe a articulação permanente das dimensões de Escolarização, Formação Política e Sindical e Formação Profissional, na perspectiva de qualificar os sujeitos não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para a tomada de consciência crítica perante as transformações no mundo do trabalho, a realidade político-econômica e social do país, como também a importância da organização sindical, tendo em vista o fortalecimento da cidadania. (8º Concut, 2003).

(...) a filosofia da práxis não busca manter o “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma condição de vida superior.

Antonio Gramsci

2. Bases do Projeto Político Pedagógico da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT

2.1. Os desafios da Educação Integral dos Trabalhadores na Área do Turismo e Hospitalidade

O Projeto Político-Pedagógico da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, da Central Única dos Trabalhadores (ETHCI–CUT) – ao considerar o contexto de transformações no mundo do trabalho na atual fase de acumulação do Capital – busca contribuir, a partir de uma formação ampla e crítica para uma nova prá-

xis social, com metodologias educacionais compatíveis com as necessidades dos trabalhadores.

As ações formativas estão voltadas aos trabalhadores jovens e adultos desempregados ou empregados nos setores formal ou informal da cadeia produtiva do Turismo e Hospitalidade. A partir da concepção de Educação Integral busca-se a articulação das dimensões da Educação Propedêutica (escolarização), Educação Profissional e da Formação para a Cidadania. Leva-se em conta as profundas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e que, em grande parte, têm significado desemprego ou precarização das condições de trabalho.

O projeto educativo da ETHCI-CUT insere-se no bojo das reivindicações populares pelo acesso à Educação Gratuita e de Qualidade e pela necessidade de construção de alternativas frente às enormes dificuldades que a classe trabalhadora vem enfrentando.

O projeto político-pedagógico articula-se aos debates em torno das políticas públicas de educação e trabalho e ao processo de desenvolvimento local que promova a inclusão social, ou seja, não se restringe ao mero preparo técnico dos trabalhadores, mas busca problematizar a realidade estimulando uma reflexão crítica sobre

a totalidade histórica dos processos que ocorrem no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Tem-se como perspectiva uma intervenção coletiva concreta dos trabalhadores, que aponte para a melhoria das condições de trabalho e de vida das comunidades a partir da percepção das contradições que marcam o modelo hegemônico de desenvolvimento pautado, exclusivamente, pelo mercado. A realidade na qual os sujeitos estão inseridos é, portanto, a base do processo formativo proposto pela Escola.

A constituição da Escola, em Florianópolis, para a Educação Profissional na área de Turismo e Hospitalidade foi movida, dentre outros aspectos, pela forte participação econômica deste setor na região, de um lado, e de outro pelas demandas existentes de Educação Profissional dos trabalhadores para a atuação no setor.

Por meio da proposta de Educação Integral dos Trabalhadores, A ETHCI – CUT visa contrapor-se à formação destinada à produtividade e pautada na noção de competência. Coloca-se em foco o sujeito trabalhador, considerando as suas múltiplas dimensões e o desenvolvimento da sua consciência crítica, considerando a possibilidade de um novo patamar de inserção no mundo do trabalho.

Neste sentido, a CUT, através da ETHCI, busca fortalecer uma nova institucionalidade da Educação Sócio-Profissional na perspectiva de democratização do Estado, visando potencializar o pleno exercício da cidadania, sintonizado com as demandas dos trabalhadores no atual contexto de transformação no mundo do trabalho. Perspectiva esta que se expressa na necessidade de constituição de Centros Públicos de Educação Profissional a partir da consolidação do projeto de Educação Integral dos Trabalhadores.

2.1.1. Caracterização da Área do Turismo e Hospitalidade

A Educação Integral dos Trabalhadores da área do Turismo e Hospitalidade visa trazer acúmulos para a constituição de uma proposta alternativa de educação que tome o Trabalho como princípio educativo, incorporando temas relevantes no mundo do trabalho e considerando os novos desafios para os trabalhadores deste setor.

A partir da compreensão das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas, o Projeto Político-Pedagógico da ETHCI–CUT busca estruturar-se, levando em conta que este setor específico vem, de forma hegemônica, implementando a Educação Profissional a partir da noção de competências, na qual, ao invés de possibilitar uma formação ampla e consistente, passa a explorar os conteúdos requeridos para a subalternização no trabalho e são pautados no saber fazer e saber agir que refletem posturas acríticas nos locais de trabalho.

A desarticulação e reestruturação que vêm ocorrendo nos diversos setores e atividades de várias cadeias produtivas têm como resultado uma maior heterogenei-

dade da base econômica, com a modernização de empresas na ponta e o retraimento, fechamento ou desnacionalização de outras ao longo da cadeia produtiva.

Nessa mesma lógica, a cadeia produtiva do turismo e hospitalidade vem se desenvolvendo, acentuando as desigualdades sociais. Concomitantemente ao processo de transformações e expansão da Cadeia Produtiva do Turismo e Hospitalidade, temos observado a precarização das relações de trabalho, onde inclui-se a sazonalidade na dinâmica da oferta de postos de trabalho.

Em suma, as mudanças operadas na cadeia produtiva do turismo e hospitalidade, não têm significado a ampliação da oferta de emprego na região. A Rede Hoteleira mais tradicional vem sendo substituída pelos mega-empreendimentos que, recorrentemente, nos períodos de alta temporada, têm demandado trabalhadores de outras regiões sob a justificativa de falta de profissionalização dos trabalhadores locais para atuação no setor.

Tal situação reafirma a necessidade de a ETHCICUT contribuir com novas metodologias no campo da Educação Profissional para ressignificá-la na ótica dos trabalhadores no contexto das transformações no mun-

do do trabalho quando a formação profissional passa a ser requerida como forma de seleção num mercado cada vez mais excludente. Os critérios de “empregabilidade” vinculam-se estritamente às necessidades de produtividade e do lucro. Essa ressignificação passa pela ampliação do conceito de Qualificação Profissional levando-se em conta as necessidades e os interesses dos trabalhadores.

Pela sua amplitude e complexidade, a cadeia produtiva do Turismo e Hospitalidade abrange e interliga-se ao desenvolvimento das forças produtivas em diversos âmbitos (local, regional, nacional e internacional) articulando-se com inúmeras atividades e com políticas públicas de diferentes interfaces (educação, meio-ambiente, saúde, cultura, desenvolvimento, turismo, por exemplo). Das atividades que compõem a rede de serviços do turismo e hospitalidade temos desde o comércio em geral até uma malha variada de atividades, como os serviços de alimentação; de meios de hospedagem; de entretenimento; de comunicação; de eventos; de locação de imóveis e automóveis; de serviços informais e de transportes; entre outros.

Estudos da Organização Mundial do Turismo (OMT) apontam para uma tendência de descentralização de

núcleos receptivos. Isso aumenta o potencial de constituição de redes de serviços, interligada à concentração de capitais, o que incide, enquanto estratégia capitalista, na precarização das relações de trabalho, incorporando desde trabalhadores do setor informal (artesãos, pescadores e guias) até trabalhadores de grandes corporações internacionais. Além disso, o desenvolvimento do turismo e da hospitalidade, por expressar as contradições do capitalismo, promove uma lógica de desenvolvimento local e processos de urbanização em que prevalece a ampliação dos negócios em detrimento das condições de trabalho e de vida da população residente.

Tem sido apontado pela OMT a formulação do Código Global de Ética como um mecanismo importante na eliminação da pobreza e no combate à prostituição infantil e outras formas de exploração. O Turismo Sustentável (social, econômico e ecológico) vem sendo colocado como uma forma racional de exploração dos potenciais de desenvolvimento econômico do setor. No entanto, considerando as contradições do Capital, assistimos a um processo de ampliação das desigualdades econômicas que trazem, como consequência, o aumento da exclusão social.

O projeto político-pedagógico da ETHCI–CUT tem como propósito estimular a participação dos diversos atores sociais na problematização dessa dinâmica que tem prevalecido. A expansão das atividades turísticas tem se caracterizado pelo incremento de negócios e oportunidades de investimentos, as dimensões sociais e ambientais são secundarizadas, o que tem ocasionado um processo cada vez maior de exclusão social, reflexo da especulação imobiliária, da precarização das relações de trabalho, do desenvolvimento urbano desordenado, dentre outros aspectos.

O Setor de Turismo e Hospitalidade, atualmente, gera vários postos de trabalho no mundo, atingindo mais de 1 bilhão de empregos. Representa 7% do comércio mundial de bens e serviços, conforme estimativas da OMT. Em termos comerciais, a participação do setor de turismo e hospitalidade é menor apenas do que a do setor petrolífero e da indústria automobilística. O número de turistas em 2001, no cenário internacional, chegou a 689 milhões de pessoas, gerando receita de 476 bilhões de dólares, apresentando um crescimento anual médio de 4,1%. (Embratur, 2002)

Quanto ao destino turístico, a Europa absorve 82% dos turistas e as Américas (incluindo os Estados Uni-

dos), 9%. A participação do Brasil na chegada de turistas em relação à América Latina é de 33,14%. O Brasil ocupava o 29º lugar em 2002 entre os países mais visitados, com 3 milhões de turistas, o que representa 0,69% da chegada de turistas em relação ao mundo. A participação da América Latina na chegada de turistas, considerando o turismo internacional, é de apenas 2,09%, percentual bem próximo do obtido em 1992 (Embratur, 2002). Apesar da baixa participação no cenário mundial, o Brasil cresce a uma taxa anual de 4,9% enquanto destino de longa distância.

O setor específico de hospitalidade encontra-se em expansão no Brasil. Das 140 mil unidades em 1992, o número de apartamentos e suítes chegou a 310 mil, em 2004, com um incremento de 142%, que é devido à reestruturação do setor e ao investimento de capital internacional no país, este último, resultado da política neoliberal implementada, sobretudo na década de 90. Segundo a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), o setor movimenta R\$ 5 bilhões ao ano, possui 10 mil estabelecimentos no país, emprega 180 mil trabalhadores diretamente e 540 mil indiretamente.

A Embratur, em novembro de 2002, apresentou

perspectivas positivas a médio prazo para a expansão do setor da Hospitalidade focalizando ações de estímulo à demanda nacional através de tarifas e ofertas promocionais para compensar a queda da demanda internacional visando, com isso, aumentar as taxas de ocupação e de rentabilidade do setor.

Dentre os meios de transporte utilizados pelos turistas, o ônibus de linha é o predominante (49,6%), seguido do carro particular (30,9%). Outros meios de transporte são de menor utilização, tais como transporte aéreo (6,8%), ônibus de excursão (6,1%), transporte marítimo/fluviais (2,2%), trem (1,3%), carro alugado (1%) e outros (2,1%).

O potencial de desenvolvimento do setor de Turismo e Hospitalidade se reflete na expansão de suas diversas modalidades: do ecoturismo a eventos, das atividades de planejamento ao desenvolvimento de programas, da pesquisa a atuação em parques temáticos.

No setor de eventos, a infra-estrutura de Florianópolis e de Joinville foi construída com capacidade para 5 mil pessoas, considerando a utilização desses locais durante o período de baixa temporada. Os empreendimentos são direcionados para o turismo de eventos e de negócios que no Brasil movimentam R\$ 4,8 bi-

lhões, e mais de R\$ 125 milhões em impostos e divisas, gerando cerca de 500 mil empregos. Os setores com maior realização de eventos são: informática, telecomunicações, alimentos e bebidas, marketing, gestão empresarial, desenvolvimento organizacional (fonte: www.c-events.com)

A geração de empregos no Setor Turismo e Hospitalidade tende a se expandir, segundo a Embratur, que definiu em 2003 os seguintes eixos para o setor: 1) turismo de negócios; 2) turismo de lazer e incentivos; e 3) turismo de eventos e a criação de uma base de banco de dados confiável. A meta é, em quatro anos, dobrar o número de ingressos no país.

Em 2002, o número de entrada de turistas estrangeiros no Brasil foi de 4,5 milhões. O objetivo é atingir 9 milhões, o que deve aumentar a participação do turismo no PIB nacional, hoje em torno de 2%. Os instrumentos para promover este crescimento serão promoção e marketing no exterior, como a participação brasileira em feiras internacionais. Outra iniciativa é o estímulo à divulgação junto ao público interno, com políticas de promoção regional.

Santa Catarina é o 7º estado receptor no país, com um percentual de 5,1% dos turistas do país e 5,7 da

receita. Florianópolis e várias regiões de Santa Catarina são hoje destinos consolidados, com capacidade de aumento de procura, em função do Mercosul.

Florianópolis é a 3ª cidade brasileira com maior percentual de visitas de turistas estrangeiros (15,8%). São Paulo está em 2º lugar (17%) e o Rio de Janeiro em 1º, com 28,8% de participação. Balneário Camboriú (SC) é a 8ª das cidades mais visitadas por turistas estrangeiros, porém com uma participação muito pequena (4,8%) (Embratur, 2002).

Diante dos números e informações apresentados, percebe-se que o desenvolvimento do Turismo e da Hospitalidade representa um desafio para a estratégia da CUT, no que toca aos acúmulos sobre o desenvolvimento do Setor e construção de propostas de Qualificação Sócio-Profissional e de Certificação Profissional que permita avançar nos processos de negociação da reestruturação produtiva no setor e a formação dos trabalhadores, do Sistema Democrático de Relações de Trabalho e na gestão de políticas públicas para o setor. Uma intervenção qualificada contribui para a construção de alternativas de superação das contradições sociais. Por isso, a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha busca, com esta proposta, a ampliação da sua

inserção no campo educacional da área em questão.

Dessa maneira, através do esforço coletivo de dirigentes, equipe pedagógica e demais atores sociais, a ETHCI-CUT vem contribuindo com o debate sobre a Educação Integral dos Trabalhadores e estimulando ações coletivas nas comunidades para a reflexão e possibilidades de intervenção crítica na Cadeia Produtiva do Turismo e Hospitalidade por meio de uma formação ampla que acumule novos elementos para a construção de proposições, que interfira inclusive nos modelos de certificação em curso.

2.1.2. Objetivos da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha

Dentre os objetivos da ETHCI destacamos:

- Consolidar um projeto político pedagógico para a Educação Profissional na área de Turismo e Hospitalidade na perspectiva da Educação Integral dos Trabalhadores, visando contribuir com novas metodologias educacionais, contemplando os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais;
- Contribuir para uma nova institucionalidade da Formação Profissional no país, na perspectiva de constituição de Centros Públicos de Educação Profissional que articule as políticas no campo do Trabalho e Educação (Educação Básica para Jovens e Adultos e Educação Profissional) com as políticas de emprego, geração de renda com o desenvolvimento local/regional;
- Promover atividades de pesquisa sobre o comportamento do setor de turismo e hotelaria e sua cadeia produtiva e de serviços com o objetivo de aprimorar o processo de construção curricular

para acumular elementos para a proposição da certificação profissional dos trabalhadores, na ótica do trabalho;

- Desenvolver ações de Educação Profissional na área de Turismo e Hospitalidade tomando como base do processo de ensino-aprendizagem a construção coletiva do conhecimento a partir dos conhecimentos acumulados pelos educandos/trabalhadores, contemplando as várias dimensões dos sujeitos, que respeite as diferenças culturais, étnicas e de gênero, pautado em valores de solidariedade, autonomia, ética e compromisso social;
- Subsidiar o movimento sindical – setores organizados na Área do Turismo e Hospitalidade – para a negociação dos processos de formação profissional e certificação profissional dos trabalhadores, na ótica do trabalho; e
- Possibilitar que o percurso formativo acumule novos elementos para as reflexões e intervenções no setor de Turismo e Hospitalidade, considerando os aspectos políticos, culturais, sociais, econômicos e ambientais, tendo em vista a organização dos trabalhadores.

2.2. A Educação Integral dos Trabalhadores: pressupostos teórico-metodológicos

Ao considerar as transformações no mundo do trabalho contemporâneo é necessário explicitar, mais do que nunca, sob qual perspectiva atuamos. Qual o significado da categoria Trabalho como eixo estruturante na construção curricular da proposta de Educação Integral dos Trabalhadores.

A compreensão da categoria Trabalho – e de sua centralidade no Projeto Político Pedagógico da ETHCI – é fundamental para a construção de uma abordagem pedagógica que tenha como horizonte possibilitar aos trabalhadores o seu reconhecimento como Sujeito Histórico a partir da análise crítica da realidade em que estão inseridos.

Para isso, primeiramente, destacamos duas dimensões do Trabalho: a ontológica e a histórica.

A dimensão ontológica diz respeito ao trabalho como mediação entre o homem e a natureza. O Homem intervém na natureza com uma finalidade pré-determinada, segundo suas necessidades de existência. É a partir deste ato intencional que o homem expressa sua humanidade e acumula conhecimentos, diferen-

ciando-o assim, dos outros animais. Desta forma, a dimensão ontológica do trabalho é inerente a todos os homens, independentemente do modo pelo qual se manifesta e das formas de sociedade. Ou seja, trata-se do trabalho enquanto processo de transformação da natureza que é a base objetiva na qual os homens criam as condições para produzir e reproduzir suas vidas. Processo este que possibilita as múltiplas formas de sociabilidade que envolvem normas, valores, processos de comunicação, cooperação, divisão do trabalho, etc.

A dimensão histórica corresponde à organização social e à divisão social do trabalho que se diferencia em cada forma de sociedade. O processo histórico específico da formação social capitalista é marcado pela transformação da força humana de trabalho em mercadoria e sua conseqüente extração de valor, constituindo, assim, na raiz das formas de alienação, exploração e subordinação do Trabalho ao Capital.

A centralidade do Trabalho é compreendida, pois, como práxis fundante na formação e na reprodução do ser social, porém, incorpora contornos e tensionamentos específicos no âmbito das sociedades capitalistas.

O capital sustenta-se na propriedade privada so-

bre os meios de produção e na apropriação da riqueza socialmente produzida, pois detêm as condições de produção sobre a força humana de trabalho. Historicamente, os trabalhadores têm buscado formas de resistir e meios de propor alternativas coletivamente organizadas às relações de exploração e de dominação no modo de produção capitalista. Portanto, a centralidade do Trabalho deve ser evidenciada na centralidade política de seu sujeito histórico, a classe que vive do Trabalho.

O projeto de Educação Integral dos Trabalhadores, ao tomar o Trabalho como princípio educativo, busca se constituir numa proposta que promova a investigação da realidade, a sistematização e a socialização de conhecimentos cuja apropriação e problematização de seus aspectos contraditórios contribua para que os trabalhadores reflitam sobre a possibilidade humana (liberdade) de transformação do real em contraposição à idéia fatalista e naturalizadora das relações sociais e das condições objetivas existentes.

Dessa forma, a educação que nos interessa deve possibilitar a compreensão da realidade com o fim de transformá-la, pois na sociedade capitalista, o Trabalho, contraditoriamente de categoria ontolôgi-

ca toma forma específica de mercadoria, ao mesmo tempo em que produz o capital, produz a riqueza social.

Considerando que a realidade é uma totalidade histórica e dinâmica – constituída de contradições – o processo de ensino-aprendizagem deve se dar por meio de uma abordagem dialética que possibilite a tomada de consciência dos sujeitos a partir da integração da experiência de vida como experiência educativa para promover a observação do real, captando o fenômeno imediatamente percebido, buscando realizar um salto da percepção do imediato para a compreensão histórica, procurando captar e compreender sua essência.

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para

poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa e, portanto, compreender a coisa. (Kosik, 1976 : p. 14)

A Educação Integral é a instância privilegiada de construção do conhecimento a partir de uma visão de totalidade. A concepção metodológica dialética possibilita que se defina um Percorso Formativo que tenha como prerrogativa a análise crítica dos fatos cotidianos, a partir da problematização dos processos contraditórios observados, buscando a compreensão das bases econômicas e das relações políticas e sociais da sociedade em que vivemos. Busca-se, assim, que as relações sociais sejam compreendidas como uma construção humana, no bojo da sociedade de classes. Dessa maneira, a consciência de classe é possível a partir da indagação histórica e da compreensão do antagonismo de interesses que conformam as relações sociais no modo de produção capitalista. A partir dessa compreensão é possível a construção de uma intervenção coletiva na realidade, de forma crítica e consciente.

Para que se desencadeie o Processo Formativo de forma coerente com os fundamentos teórico-metodo-

lógicos de nossa concepção de educação, a realidade concreta dos trabalhadores deve ser a chave do processo de construção coletiva do conhecimento que permita o desvelamento do processo de subordinação do Trabalho ao Capital, que tenha como propósito a mudança, a resistência, a luta contra a exploração e a dominação no modo de produção capitalista.

A formação e o desenvolvimento da consciência de classe não se dá, portanto, num terreno puramente ideológico ou pedagógico, apartado da vida material, simplesmente porque a superestrutura político-ideológica de uma sociedade é o lugar onde se conformam as forças da consciência e a ação no processo histórico material se dá na estrutura sócio-econômica. (Jara, 1994 : p. 98)

Nessas condições, a perspectiva de educação emancipadora deve se expressar na construção curricular para além de meramente “reconhecer” as histórias de vida, elemento presente em várias propostas educativas que, muitas vezes, são reduzidas a mera elevação

da auto-estima dos trabalhadores, contribuindo apenas para a reprodução acrítica da ordem social vigente. Como aborda Paulo Freire, não basta reconhecermos o que somos, mas o que podemos vir a ser. Por isso é necessário um salto da curiosidade ingênua, advinda das experiências empíricas imediatas para a curiosidade epistemológica, que busca indagar sobre os determinantes históricos.

As experiências concretas dos trabalhadores se revelam sempre ricas, contendo elementos que expressam a condição de classe e de elementos que reproduzem as visões dominantes. Por isso, é fundamental que seja propiciado um processo educativo que promova uma leitura crítica desses aspectos visando a ampliação da autonomia dos trabalhadores que possibilite o avanço na compreensão da realidade em que estão inseridos.

Para Gramsci a educação dos trabalhadores deve enraizar-se no núcleo sadio do senso comum, dele partir com o objetivo de superá-lo. Se o conhecimento não supera o senso comum, não é conhecimento, são suposições desagregadas que

seduzem os trabalhadores mais simples, por se aproximarem de sua realidade, mas os mantêm subordinados aos desígnios do espontaneísmo. Essa educação é conservadora. (Ramos, 2001: 296)

Os pressupostos teórico-metodológicos aqui destacados colocam como desafios para a concretização da Educação Integral dos Trabalhadores da ETHCI-CUT, a necessidade da formação permanente dos educadores, com o objetivo de uma apropriação crescente desses pressupostos para avançar na construção de estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem que supere a dicotomia entre a teoria e a prática, que promova uma visão integral de mundo, rompendo com a fragmentação dos conteúdos do conhecimento, que acumule elementos para uma concepção de “escola unitária”, aqui entendida como aquela que leva aos conhecimentos tecnológicos, assim como aos conhecimentos sobre a sociedade e a cultura e é concebida como ponto fundamental e estratégico das ações formativas.

2.2.1. Diretrizes da Proposta Curricular na Área do Turismo e Hospitalidade

Para avançar na concretização da proposta pedagógica de Educação Integral dos Trabalhadores – a partir das considerações sobre o referencial teórico-metodológico – é necessário construir, permanentemente, formas de mediação entre os saberes dos sujeitos envolvidos no processo educativo com os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, para que possamos teorizar sobre nossas práticas para uma nova práxis.

Reafirmando os princípios da PNF–CUT, entendemos que o conhecimento é fruto de um processo dinâmico e permanente de criação e recriação dos saberes acumulados historicamente pela humanidade, envolvendo as diversas dimensões da vida dos sujeitos. Considerando as relações que estabelece na família, no bairro, na cidade e no mundo do trabalho.

A educação profissional é concebida como parte do processo de construção do conhecimento que se adquire na práxis social, no processo contínuo que funde prática, técnica, invenção e teoria, pois não há trabalho essencialmente motor que não prescinda de elabora-

ção intelectual, nem trabalho inteiramente intelectual que não prescindia de alguma quantidade de esforço muscular-nervoso. Existem apenas graus diversos de atividade específica intelectual.

Não existe, desta maneira, atividade humana na qual se possa excluir a intervenção intelectual, por isso não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Segundo Gramsci: “*Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer... mas na sociedade nem todos os homens têm uma função de intelectuais...*”

Assim, a proposta de Educação Integral dos trabalhadores pressupõe a Educação Profissional não como o domínio de uma ou mais técnicas – que tem visado apenas satisfazer interesses práticos imediatos pautados pelo Capital –, mas como aumento da satisfação das múltiplas necessidades do ser humano, pois:

Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, con-

tribui, assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (Machiocci, 1977 : p. 221)

A verdadeira educação emancipadora deve possibilitar a análise e a superação críticas dos pré-conceitos para, de fato, refutar a educação manipuladora que se resume na transmissão pura e simples de conteúdos para a moldagem do comportamento humano em prol de objetivos preestabelecidos.

Na discussão sobre a construção curricular devemos considerar, antes de tudo, as especificidades do processo de ensino-aprendizagem com pessoas jovens e adultas, processo este que não pode se reduzir à mera reprodução dos conteúdos escolares do ensino regular. É necessário pensar diferentes tempos de aprendizagem, conhecer os contextos que esses sujeitos estão inseridos e os conhecimentos construídos ao longo de suas trajetórias de vida. Portanto, a proposta pedagógica deve ser pensada para esses trabalhadores de forma diferenciada, de acordo com suas necessidades.

Sobre esta questão, o Parecer sobre a Educação de

Jovens e Adultos, da Câmara Nacional de Educação, faz as seguintes considerações:

Trata-se de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas. E esta adequação tem como finalidade, dado o acesso à EJA, a permanência na escola via ensino com conteúdos trabalhados de modo diferenciado com métodos e tempos intencionados ao perfil deste estudante. (Cury, 2000 : p. 51)

Daí a pertinência de formular uma proposta pedagógica com estratégias de ensino-aprendizagem e conteúdos apropriados para essa população. Para isso, necessitamos criar instrumentos pedagógicos que captem a riqueza das experiências de vida dos educandos para incorporar os conhecimentos trazidos e construir um Percorso Formativo significativo considerando que, para aprender, o sujeito coloca em jogo suas hipóteses sobre a realidade, interage com o real e com os outros, reconstruindo essas hipóteses e avançando na

compreensão da realidade. Busca-se possibilitar um processo dialético de elaboração e reelaboração do conhecimento.

Nesta proposta os trabalhadores são sujeitos ativos na construção curricular, que é dinâmica e em permanente processo de enriquecimento de temas e conteúdos.

Não há razão objetiva para reproduzir, num processo de educação de adultos (e mesmo de crianças) a estrutura e os conteúdos de ensino da educação formal regular tradicional. (...) O estudo e o aprendizado não se definem em função desta ou daquela matéria, mas em função dos temas estabelecidos como importantes. Não se trata de negar as áreas de saber, mas de tomá-las como referências possíveis na medida em que avança o próprio processo de estudo. (Britto, 2000)

Assim, o processo de ensino-aprendizagem não é organizado a partir de, ou em função das disciplinas, mas é desencadeado por áreas, temas e conteúdos que comportam os aspectos sociais e culturais que são

produzidos historicamente, interagindo com a vida concreta dos educandos. Não se trata apenas de uma opção metodológica, mas sim de uma decisão político-epistemológica.

O Percorso Formativo é desencadeado pelas experiências trazidas pelos educandos trabalhadores e articulados aos saberes científicos, produzidos pela humanidade. A organização curricular do Percorso Formativo deve considerar o contexto dinâmico da realidade para uma pedagogia problematizadora, a partir das intencionalidades que conformam o Projeto Político Pedagógico.

Dessa maneira, a proposta curricular busca concretizar práticas pedagógicas que tomem o conhecimento como uma construção social, onde os saberes trazidos pelos educandos trabalhadores (vida, trabalho e afetividades) têm valor estratégico.

Nessa proposta o trabalho docente é redimensionado para além da especialidade de cada educador. Os educadores devem atuar como mediadores² entre

2. Toma-se aqui a concepção de Freire, que coloca como tarefa para o educador: *“(...) desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado”*, sempre com uma postura dialógica. (Freire. 1996, p.42)

os conhecimentos acumulados pelos educandos e os conhecimentos historicamente acumulados, de tal forma que educandos e educadores se tornem pesquisadores e produtores de conhecimento em torno das temáticas estudadas.

Para compreender, por exemplo, as razões do desemprego, implica conhecer e estudar economia, política, história, geografia; implica ler, fazer anotações, cálculos, gráficos, tabelas, etc.; implica planejar o próprio trabalho e, se o processo pedagógico considerar a intervenção como uma dimensão intrínseca da própria formação (...). Assim, educador deixa de ser “professor de matemática, história, língua, geografia” para passar a ser um articulador do processo de formação, uma liderança política e intelectual. (Britto, 2000)

Na estrutura curricular básica propomos Áreas de Conhecimento abrangentes que envolvem temas permanentes e conteúdos gerais e específicos, que devem ser abordados de maneira integrada por meio de ati-

vidades diversificadas como estudos, pesquisas, debates, vivências, etc.

O currículo é concebido em uma dimensão que nos remete permanentemente à totalidade e à história, tendo como objetivo mediatizar os fatos e retirar deles a aparência de naturalidade e permanência. Desse modo, amplia-se as possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem e produção de conhecimento se inscrevam numa perspectiva dialógica³.

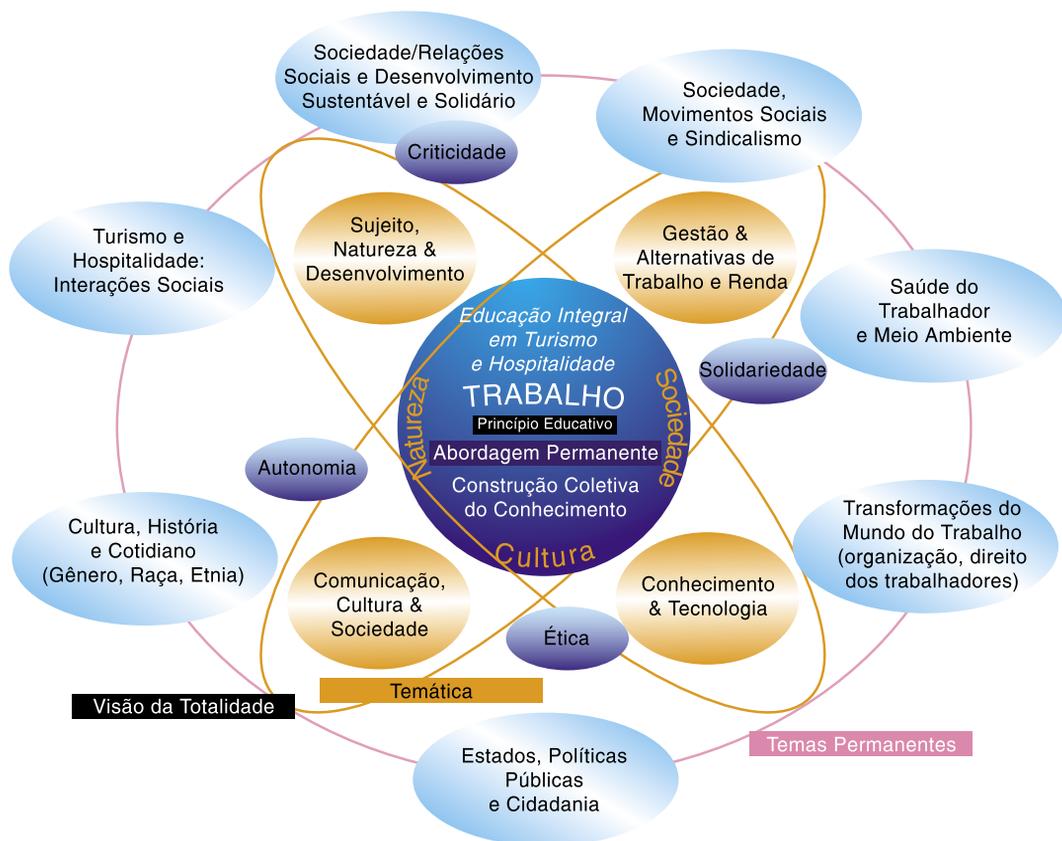
Essa abordagem será efetivada pelas seguintes Áreas de Conhecimento: Conhecimento & Tecnologia; Sujeito, Natureza & Desenvolvimento; Comunicação, Cultura & Sociedade; e Gestão & Alternativas de Trabalho e Renda. Dentre os temas permanentes, destacamos: trabalho, sociedade, tempo e espaço, políticas públicas, cultura, ciência, transformações no mundo do trabalho, entre outros, que terão um nível de aprofundamento diferenciado, conforme os objetivos da Área de Conhecimento em que estão inseridos.

3. Entendemos a perspectiva dialógica, de acordo com Freire, onde “o diálogo pedagógico implica tanto o conteúdo ou objeto cognoscível em torno de que gira quanto a exposição sobre ele feita pelo educador ou educadora para os educandos”. (Freire, 1997, p. 118)

A opção pelas Áreas de Conhecimento define-se mediante a perspectiva de romper com a estrutura curricular dividida em grades de conteúdos por disciplina, tratadas de maneira fragmentada e abstrata, não refletindo a própria origem do conhecimento científico e dissociando-o das relações sociais de (re) produção da existência que o configuram e nas quais o homem é sujeito de sua história, é produtor de conhecimento, de cultura e de riqueza.

O eixo estruturante da construção curricular é o TRABALHO, tomado como princípio educativo, a partir do qual serão abordados e articulados os diferentes temas e os conteúdos, dentro das Áreas de Conhecimento em que se inscrevem, cujas abordagens pedagógicas pautam-se nos princípios de solidariedade, ética, cidadania e autonomia. Apresentamos, a seguir, o esquema da estrutura curricular básica.

ESTRUTURA BÁSICA DA PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE TURISMO E HOSPITALIDADE



Cada Área de Conhecimento tem como objetivo levantar questões significativas para a classe trabalhadora, incorporando reflexões que contemplem as dimensões da educação básica, da formação profissional e da formação cidadã.

Destacamos, em linhas gerais, as diretrizes das Áreas de Conhecimento

Área Conhecimento & Tecnologia

Esta área visa proporcionar:

- A apreensão da categoria trabalho nas dimensões ontológica e histórica;
- A construção coletiva dos conceitos de Tecnologia e Tempo-Espaço;
- A problematização do conceito da qualificação profissional;
- A discussão sobre as transformações no mundo do trabalho: histórico dos padrões produtivos;
- A reflexão sobre o papel da ciência na sociedade contemporânea; e
- Análise do processo de descoberta e produção dos conhecimentos científicos, relacionando saberes e práticas (relação ciência e tecnologia).

Área Comunicação, Cultura e Sociedade

Esta área visa proporcionar:

- A discussão das relações entre Trabalho, Cultura e Sociedade;
- A reflexão sobre a influência dos meios de comunicação na construção do pensamento hegemônico;
- A apropriação das diferentes linguagens e suportes de comunicação: produção, veiculação e mediação;
- A problematização da influência da mídia no cotidiano social e político dos trabalhadores;
- O estudo sobre a comunicação e a produção de informação;
- A ampliação cultural por meio de atividades que envolvam as várias expressões artísticas; e
- O debate sobre a diferença entre informação e conhecimento.

Área Sujeito, Natureza e Desenvolvimento

Esta área visa proporcionar:

- O debate sobre as diferentes visões de sujeito constituídas historicamente (no trabalho, na educação,

na família, etc.) nas suas dimensões individual e coletiva;

- A reflexão sobre as relações entre sujeito e desenvolvimento social considerando o processo histórico de mediação do homem com a natureza – fundado pelo trabalho – e as contradições do desenvolvimento pautado pela lógica do Capital;
- A ampliação as discussões sobre a possibilidade e importância do envolvimento da sociedade no debate sobre desenvolvimento na perspectiva de inclusão social e preservação ambiental, concretizadas nas práticas de produção e reprodução social;
- A apropriação das diferentes possibilidades explicativas da realidade, incluindo-se os mitos, e os desdobramentos dessas bases explicativas nas práticas sociais cotidianas; e
- A reflexão sobre as relações entre experiências históricas (tempo, espaço e relações) e o processo de construção da consciência, da alienação e da identidade (grupal e individual, social e política).

Gestão & Alternativas de Trabalho e Renda

Esta área visa proporcionar:

- O estudo sobre a história do cooperativismo e a reflexão sobre o contexto atual de ampliação das propostas de organização de empreendimentos sócio-econômicos dos trabalhadores;
- O debate sobre a questão do desenvolvimento versus Meio Ambiente: limites e possibilidades;
- A discussão sobre o papel do Estado e a importância da participação da sociedade na definição das políticas públicas;
- A pesquisa e o debate sobre Políticas Públicas Locais e Regionais vinculada a alternativas de trabalho e renda;
- O debate sobre a relação entre a sustentabilidade local (em seus aspectos econômico, ambiental e social) e o desenvolvimento nacional.

A prática pedagógica é um processo que se constitui em dimensões complementares da pesquisa na e/da realidade, do estudo e relação entre prática e teoria e na intervenção como resultado da participação e organização desses trabalhadores nos espaços sociais;

inclusive os espaços em que se definem as políticas públicas, a partir da compreensão do funcionamento da sociedade contemporânea.

A partir da estrutura básica curricular na Área do Turismo e Hospitalidade apresentada, são desenvolvidos diversos Percursos Formativos, a saber:

- Educação Profissional de Nível Técnico em Turismo e Hospitalidade que prevê uma abordagem ampla e integral que possibilite uma visão global da cadeia produtiva do Turismo e Hospitalidade e sua relação com as transformações no mundo do trabalho em geral. A carga horária total do curso é de 900 horas⁴, na qual serão desenvolvidos temas e conteúdos que potencializarão um processo de ensino-aprendizagem de forma integrada, já que es-

4. A carga horária proposta está em sintonia com as bases legais que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico na Área de Turismo e Hospitalidade, que orienta uma carga horária mínima de 800 horas (Res. CEB nº 4, dez.99 e Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. MEC, 2000).

tão incluídas na proposta pedagógica diversas atividades de pesquisa e projetos que possibilitarão múltiplas vivências na Área de Turismo e Hospitalidade.

A necessidade de subsistência, a sazonalidade do emprego existente na região, a solicitação das empresas para formações internas com esses trabalhadores, mostra a importância de uma proposta curricular que respeite os diferentes tempos de aprendizagem e as necessidades econômicas dos educandos.

Para dar conta da proposta pedagógica, o processo de ensino-aprendizagem se amplia para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas se articulam em uma estrutura flexível e integradora composta de: aulas regulares; visitas e viagens técnicas/culturais pedagógicas; laboratórios pedagógicos; seminários; intercâmbios; projetos temáticos; oficinas pedagógicas; pesquisas bibliográficas e de campo; inventário histórico, sócio-cultural e turístico; e trabalho de conclusão de curso.

Em relação aos conteúdos a serem desenvolvidos na área de Turismo e Hospitalidade, destacamos os seguintes:

- História, trajetórias de vida, interações sociais e contexto cultural no local de trabalho e de moradia;
- Migrações, turismo e hospitalidade;
- Relações de gênero, raça, geração, opção sexual e necessidades especiais no turismo e hospitalidade;
- Pesquisa sócio-cultural no campo do turismo e hospitalidade;
- A relação entre Meio Ambiente e o Turismo e Hospitalidade:
- Saúde e segurança do trabalhador, compreensão dos riscos no local de trabalho – no turismo e hospitalidade – e construção de instrumentos de análise; e
- Abordagens culturais locais/regionais buscando tratar os aspectos da atividade humana em suas interações com os sujeitos e as tecnologias disponíveis (novas e antigas).

O currículo será traduzido em movimentos permanentes de ação-reflexão-ação.

- Educação Profissional – Formação Inicial e Continuada⁵ que prevê uma carga horária média de 200 horas. Essa proposta de carga horária, no

contexto brasileiro, define-se mediante a necessidade de romper com a perspectiva de treinamento/formação instrumental para o trabalho realizado em poucas horas, que não permite aos trabalhadores apropriarem-se minimamente de conceitos básicos e de ferramentas tecnológicas, tampouco possibilita o debate sobre a realidade social e a questão do Trabalho e Educação no atual contexto.

Quadro Geral dos Cursos de Educação Profissional Formação Inicial e Continuada

Curso	Objetivos Gerais
Informática e Comunicação	<p>O Percurso Formativo visa proporcionar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O debate sobre a diferença entre informação e conhecimento; • O debate conceitual sobre Trabalho e as transformações nas relações Espaço-Tempo com a introdução das tecnologias da informação; • A discussão sobre as Redes informacionais e o processo de globalização: global e local; simultaneidade e seqüencialidade, realidade e virtualidade; e • A apropriação das noções gerais sobre o microcomputador e seus acessórios e periféricos, os conceitos básicos do Sistema Operacional Windows e introdução às Ferramentas Básicas do Office: Word, Excel e Power Point.
Comunicação e Cultura: Língua Espanhola 1	<p>O Percurso Formativo visa proporcionar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A abordagem histórica sobre os povos de Língua Espanhola: América Latina e Europa; • Panorâmica dos aspectos sócio-culturais e político-econômicos dos povos de Língua Espanhola; • O debate sobre temas da atualidade: Mercosul e ALCA; conflitos regionais; desigualdades sociais; • O estudo sobre a Literatura e os aspectos gramaticais; • Pesquisa geográfica sobre os países de Língua Espanhola; • Leitura, interpretação e tradução de textos na Língua Espanhola; • Construção de textos em Espanhol; e • Conversação na Língua Espanhola: exercícios de pronúncia.
Comunicação e Cultura: Língua Espanhola 2	<p>O Percurso Formativo visa proporcionar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O aprofundamento dos conteúdos abordados no curso 1. <p>O estudo sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o contexto da Europa no século XIX e o Novo Mundo: a conquista do Rio Prata; • o processo de colonização da América: exploração e violência contra os povos indígenas; • as lutas sociais dos povos latino-americanos; e • Conhecimento de textos literários, obras de arte e músicas em espanhol. <p><u>Atualidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo e análise crítica sobre a Integração Regional – Alca e Mercosul: limites e possibilidades; • Aprofundamento da Conversação: fonética/pronúncia e ampliação de vocabulário em Espanhol; • Leitura, tradução e interpretação de jornais de diferentes países da América Latina; • Pesquisa na Internet sobre os aspectos políticos e culturais dos países latino-americanos; • Montagem de roteiros de viagem; • Construção coletiva de vocabulário específico da Hotelaria em espanhol; • Elaboração de textos em espanhol; e • Aprofundamento dos aspectos gramaticais: tempos verbais.

Gastronomia e Identidade Cultural

O Percurso Formativo visa proporcionar:

- Uma panorâmica da história da gastronomia;
- O estudo das principais referências culinárias no Ocidente e no Oriente;
- O estudo dos aspectos que marcaram a construção de novas culinárias no Ocidente pós-guerras (1ª e 2ª Guerras Mundiais);
- A discussão dos aspectos da relação entre gastronomia e poder ao longo da história: transformações e permanências;
- A introdução à arte culinária: conceitos e definições;
- A contextualização da culinária crioula e regional brasileira na atualidade;
- Conhecimentos básicos de iguarias, de manteigas aromáticas e de molhos básicos e elaborados;
- Uma panorâmica das principais cozinhas étnicas e tradicionais: cultura e sociedade;
- A apropriação de técnicas básicas de cocção, de produção de alimentos e criação de menus;
- O conhecimento dos fundamentos do pré-preparo: bases, fundos, *veloutés* e *bouillóns*;
- Pesquisa bibliográfica sobre a História da Gastronomia e Abordagens da História da Gastronomia por meio de filmes, músicas e relatos;
- Pesquisa e construção coletiva de glossário de terminologias da culinária;
- Visitas técnicas a diferentes espaços relacionados à Gastronomia: feiras, mercados, restaurantes, eventos;
- Pesquisa sobre a diversidade de iguarias existentes no Brasil; e
- Produção coletiva de pratos: construção de novas receitas a partir das trajetórias de vida de cada um, articulado com os conhecimentos apropriados e construídos coletivamente no Percurso Formativo.

Aproveitamento Integral dos Alimentos e Cidadania

O Percurso Formativo visa proporcionar:

- A discussão sobre os hábitos alimentares e as culturas regionais;
 - A apropriação de noções básicas de nutrição: conceitos e classificação de nutrientes;
 - Conhecimentos sobre alimentação da criança, da gestante e da nutriz;
 - Conhecimentos sobre aditivos químicos e conservantes utilizados nos alimentos;
 - O aproveitamento integral dos alimentos: farelos, folhas verdes-escuras, pó da casca do ovo, princípio da multimistura;
 - A apropriação de noções básicas de higienização, manipulação e conservação de alimentos;
 - Discussão sobre a alimentação saudável: construção de cardápios, receitas e cocção de alimentos e alimentos alternativos na dieta cotidiana com o melhor aproveitamento dos alimentos; e
 - O debate sobre qualidade de vida, alimentação equilibrada e cidadania.
-

- Educação Profissional com Elevação de Escolaridade (ensino fundamental) prevê uma carga horária total de 720 horas distribuídas em 12 módulos (de 60 horas cada) flexíveis e integrados. Serão abordados três módulos de cada Área de Conhecimento.

A articulação da Educação Profissional com a elevação da escolaridade busca superar a dualidade entre educação básica e profissional, pois a “qualificação” centrada no saber técnico, desvinculada do saber geral é prática recorrente arraigada na cultura ainda prevalente do modo de acumulação fordista-taylorista.

Para superar essa situação histórica, novas perspectivas são apontadas para as políticas públicas da Educação Profissional e Tecnológica no atual contexto brasileiro, de acordo com a proposta da SETEC/MEC, que aponta que (...) *“a articulação da educação profissional e tecnológica com a educação básica deve adquirir características humanistas e científico-tecnológicas condizentes com os requisitos da formação integral do ser humano.”* Portanto, (...) *“a educação profissional e tecnológica não pode estar desvinculada do projeto social mais amplo.”* (SEMTEC/MEC).

No bojo dos desafios de construção de uma proposta de Educação Integral dos Trabalhadores, a proposta pedagógica de elevação de escolaridade, da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, visa articular os diferentes saberes dos trabalhadores Jovens e Adultos para a apropriação e construção de novos conhecimentos. Busca-se acumular no campo conceitual e metodológico da Educação Profissional e Educação Básica de Jovens e Adultos como também impactar na realidade concreta dos trabalhadores frente aos desafios colocados num contexto de transformações no mundo do trabalho.

Todos esses Percursos Formativos buscam:

- Possibilitar a apropriação de conhecimentos tecnológicos pelos trabalhadores, abordando temas ligados às transformações no mundo do trabalho;
- Possibilitar a construção e apropriação de novos conteúdos e conhecimentos nas respectivas áreas de conhecimento específicas articulando-se com conhecimentos gerais;
- Desenvolver ações pedagógicas tomando como base do processo de ensino-aprendizagem a construção coletiva do conhecimento a partir das experiências acumuladas pelos educandos em suas

trajetórias de vida (trabalho, educação, comunidade, etc.); e

- Possibilitar aos educandos a vivência em ações participativas e democráticas na prática efetiva da Escola, na sala de aula, nas atividades pedagógicas extra-sala e em outros espaços sociais.

A abordagem pedagógica realizada em todos os cursos conta com a utilização de recursos diversos (filmes, músicas, poemas e textos) para enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, articulado sempre à realidade dos educandos.

2.2.2. Estratégias da ação pedagógica: planejamento coletivo, avaliação processual e diagnóstica, sistematização da experiência e formação dos educadores

O Planejamento coletivo

Para desenvolver um trabalho com a complexidade apontada, é necessário ter clareza dos instrumentos a serem utilizados para garantir que o ato de planejar, de avaliar e de sistematizar sejam coerentes com os pressupostos teórico-metodológicos de nossa proposta educacional e estejam fundamentados na realidade dos educandos.

Buscamos construir um processo de ensino-aprendizagem sistemático e continuado, do qual participem ativamente educadores e educandos em um ambiente coletivo e solidário.

Toda ação educativa requer reflexão e reorientação, em sintonia com os objetivos propostos, incorporando permanentemente os elementos extraídos da realidade dos educandos.

Neste sentido, são procedimentos metodológicos centrais imprescindíveis para uma educação emanci-

padora: o planejamento coletivo, a avaliação processual e diagnóstica e a sistematização da experiência.

O planejamento coletivo é a chave inicial do processo ensino-aprendizagem. É ele que delimita as intencionalidades das abordagens e intervenções pedagógicas a se realizarem em cada momento, pautado sempre no projeto político-pedagógico.

A importância do planejamento coletivo insere-se na perspectiva de se libertar das amarras do determinismo, da mecanização, da racionalização do processo de ensino-aprendizagem ou de superar uma ação voluntarista e espontaneísta. Portanto, é de tamanha relevância este momento, propiciando um pensar antes a ação pedagógica para a construção coletiva de estratégias pedagógicas para concretizar a proposta de Educação Integral dos Trabalhadores, que envolve o desafio constante de criar formas de intervenção pedagógica que melhor dialoguem com a realidade dos educandos.

Considerando que concebemos a elaboração e reelaboração do conhecimento a partir de um processo dialético resultante de múltiplas interações vivenciadas no espaço coletivo, o planejamento coletivo permite a proposição e melhor dialogicidade a partir das estratégias pensadas coletivamente.

É importante ressaltar que o planejado, quando em ação, é sempre – em maior ou menor grau – alterado pela realidade dinâmica do processo ensino-aprendizagem. Este fato não deve, todavia, diminuir a sua importância, ao contrário, demonstra que em um processo educativo que é desencadeado a partir da realidade dos sujeitos envolvidos, requer uma clareza dos objetivos a serem alcançados em cada momento para que os redimensionamentos necessários não se distanciem dos objetivos estratégicos para uma formação integral dos sujeitos. Portanto, é o próprio planejamento que permite uma maior autonomia dos educadores no desenvolvimento de diversas formas a partir de múltiplas estratégias pedagógicas a partir da definição coletiva dos objetivos a serem alcançados.

Por isso, o planejamento coletivo é um momento formativo na medida em que nos desafia a pensar os passos a serem desenvolvidos no Percorso Formativo, que requer a apropriação dos referenciais teórico-metodológicos que orientam as práticas educativas e um domínio progressivo da metodologia proposta.

Avaliação Processual e Diagnóstica

A finalidade principal da avaliação é fornecer informações sobre o processo pedagógico que permitam aos diferentes sujeitos do processo educativo decidir sobre as intervenções e redimensionamentos que se fizerem necessários, em face do projeto educativo definido coletivamente. Converte-se em um referencial de apoio às definições de natureza político-pedagógica.

Visa identificar as dificuldades existentes no desenvolvimento do processo educativo para que sejam construídas estratégias de enfrentamento em situações adversas, perdendo a conotação de mensuração, de julgamento, que levam às classificações ou a um caráter punitivo ou promovedor de hierarquias entre os sujeitos.

Sabemos que não existem instrumentos específicos de avaliação capazes de detectar a totalidade do processo de ensino-aprendizagem. É diante da limitação que cada instrumento de avaliação comporta, que é necessário construir instrumentos diversos para que dêem conta, juntos, da complexidade do processo educativo.

Esta concepção também nos remete à necessidade de estabelecer critérios com os diferentes sujeitos en-

volvidos no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a avaliação passa a ser parte integrante do processo educativo de maneira permanente, dinâmica e investigativa contemplando as necessidades diversas que emergem no cotidiano do Percorso Formativo.

Em todas as atividades formativas, a avaliação possibilita a reflexão, reelaboração e reorientação dos processos educativos. Enriquece a experiência vivida, a partir da consciência dos avanços individuais e coletivos pelos sujeitos envolvidos. Nega, desse modo, práticas mecanicistas, meramente formais, apartadas do movimento vivo de uma educação libertadora, pois expande-se para além da apropriação homogênea de conteúdos formais.

O caráter diagnóstico da avaliação reside na busca constante de referências e elementos que constituem o saber acumulado dos trabalhadores. Tais conhecimentos tendem, no início do processo ensino-aprendizagem, a demonstrar um caráter fragmentário (embora sejam ricos e importantes), com diferentes variações dentre os sujeitos, tanto no que se refere aos conhecimentos ditos formais, quanto ao que concerne a seu letramento (visão de mundo). É preciso compreender as explicações sobre a realidade construídas por esses

sujeitos como ponto estratégico do desencadeamento do processo de ensino-aprendizagem.

O caráter processual e cumulativo da avaliação reside na perspectiva de apreender as transformações ocorridas com educandos no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, é necessário utilizar instrumentos capazes de:

- criar condições que permitam verificar, registrar e analisar se os educandos apropriaram-se dos objetivos, conceitos, habilidades cognitivas/operatórias mediante a metodologia, temas e conteúdos trabalhados no decorrer do percurso formativo;
- criar condições que permitam verificar, registrar e analisar se a metodologia implementada, os temas e conteúdos tratados possibilitaram, dentre outros aspectos, transformações nas posturas e atitudes dos educandos, com relação aos valores sociais pretendidos – ética, solidariedade, criticidade, autonomia;
- estimular e exercitar a avaliação coletiva e a auto-avaliação dos educandos; e
- reorientar o processo ensino-aprendizagem visando superar dificuldades e insuficiências, aprimorando o seu desenvolvimento.

Assim, o processo ensino-aprendizagem, a partir dos objetivos traçados, dos temas e conteúdos abordados, dos debates suscitados e da metodologia implementada, fornece referenciais para uma avaliação qualitativa – processual e permanente – do Percorso Formativo vivenciado individual e coletivamente pelos educandos.

Uma atuação sistemática que garanta a memória dos processos vividos e possibilite uma intencionalidade emancipatória coerente e coesa, necessita de um suporte material que organize e revele sua existência, e sobre a qual torna-se possível a reflexão sobre o processo e seu aprimoramento.

É neste sentido que buscamos aprimorar os processos avaliativos – que são partes integrantes da proposta de educação e não momentos estanques – que nascem da ação planejada coletivamente e devem sempre estar articulados ao projeto político-pedagógico de Educação Integral dos Trabalhadores.

Em síntese, do processo ensino-aprendizagem emergem formas de expressão, oportunidades de participação e proposição, elaboração de textos, pesquisas e estudos mais complexos. Essa riqueza deve contemplar, desde o planejamento, os aspectos a serem

observados, analisados e avaliados, em sintonia com a construção do processo educativo que busca incorporar a integralidade dos sujeitos.

Sistematização da Experiência

A sistematização da qual falamos situa a experiência em contextos mais amplos recuperando as intencionalidades e os princípios do projeto político-pedagógico. Ou seja, ao transformar a experiência educativa em objeto de reflexão, enfatiza-se a sua dialética interna, mas também ressalta-se as marcas de sua historicidade e seu caráter social.

Além disso, a sistematização tem como foco a reflexão sistemática e crítica da experiência, possibilitando o desenvolvimento de ações renovadas a partir desse momento de teorização da prática. Ao recuperarmos o Percorso Formativo vivenciado é necessário apreender as relações estabelecidas entre os sujeitos e o conhecimento construído e a objetivação deste em ações, nas práticas cotidianas e sociais dos educandos, isto é, a ampliação das possibilidades de intervenção na realidade.

O processo de sistematização também deve se constituir em um momento de construção coletiva de novos conhecimentos, para aprofundamento dos referenciais teórico-metodológicos propostos, tendo em vista tornar mais precisas e realistas as estratégias de intervenção pedagógica.

O resgate da experiência pressupõe o registro, o ordenamento e a organização deste registro e um olhar para as experiências vivenciadas sob diferentes aspectos. A sistematização constitui-se em um processo de interpretação e análise crítica dos limites e avanços alcançados no processo educativo. Pressupõe também a reflexão coletiva sobre o impacto do projeto político-pedagógico na realidade.

Em síntese, a sistematização se desdobra em diversos momentos:

- a própria vivência da experiência;
- a definição do objetivo da sistematização;
- a delimitação do objeto a sistematizar;
- a recuperação do processo vivido;
- a reconstrução histórica;
- a ordenação e classificação dos registros;
- a interpretação crítica;
- a análise e síntese das formulações elaboradas; e
- a elaboração dos produtos de comunicação.

Destacamos a importância do envolvimento dos sujeitos no processo de sistematização. Para que a sistematização, de fato, se configure como um dos espaços de formulação conceitual e metodológica da ação

formativa a partir das práticas educativas, faz-se necessário que os sujeitos da formação assumam esse processo de forma articulada às dimensões de planejamento, pesquisa e avaliação como prática reflexiva das experiências e produtora de conhecimento, sob a ótica dos trabalhadores.

Sendo assim, os sujeitos da sistematização assumem um papel estratégico, enquanto tornam públicas e visíveis formulações e estratégias pedagógicas construídas. A proposta de Educação Integral dos Trabalhadores adquire contornos mais nítidos à medida que se faz a reflexão contínua e cotidiana sobre as práticas individuais e coletivas, possibilitando maior consistência do ponto de vista da coerência entre os fundamentos teórico-metodológicos da proposta educativa e as práticas educativas concretizadas.

Portanto, a sistematização é um instrumento imprescindível para uma pedagogia emancipadora, para garantir o registro e acúmulos históricos do processo educativo para além da ação imediata e memória dos sujeitos envolvidos diretamente na ação educativa. Possibilita, desta maneira, a expressão da experiência e o diálogo com sujeitos externos à experiência, além de propiciar momentos coletivos de construção de novos conhecimentos.

Neste sentido, a sistematização não é mero acúmulo de trabalho burocrático ou registros inúteis, mas instrumento de trabalho estratégico para a concretização de práticas pedagógicas coerentes com a proposta de Educação Integral dos Trabalhadores possibilitando captar os avanços alcançados em cada momento, dentro do contexto dinâmico e contraditório da realidade em que está inserida.

Formação de Educadores

Em consonância com os princípios metodológicos da Política Nacional de Formação da CUT, a formação de educadores é estratégica para a consolidação do projeto político-pedagógico, sendo concebida como um dos alicerces para a concretização da proposta da Educação Integral dos Trabalhadores.

O processo formativo é permanente e exige uma reflexão constante sobre as práticas pedagógicas a partir do referencial teórico-metodológico proposto. Aliás, o espaço da formação deve proporcionar a apropriação dos conceitos e categorias que fundamentam a concepção de educação proposta.

Para isso, é necessário assegurar espaços permanentes de troca, de reflexão, de avaliação, de investigação e pesquisa e de produção de novos conhecimentos, no qual os sujeitos envolvidos possam contribuir qualitativamente na elaboração e avanço dos processos educativos, a partir dos seus acúmulos individuais e coletivos.

As várias ações formativas devem contemplar estudos e reflexões individuais e coletivas para o aprofundamento teórico e novas formulações acerca do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, a formação dos educadores deve ser um processo contínuo e sistemático que propicie:

- aprofundamento teórico-metodológico no campo do Trabalho e Educação;
- estudos, pesquisas e reflexões individual e coletiva para a construção permanente de abordagens metodológicas coerentes com a concepção de Educação Integral dos Trabalhadores;
- reflexões coletivas sobre as práticas pedagógicas mediante socialização das experiências educativas desenvolvidas; e
- o planejamento coletivo para a construção das estratégias pedagógicas a serem desenvolvidas.

Busca-se concretizar o trabalho pedagógico numa perspectiva integral e em sintonia com a realidade dos educandos, rompendo com a fragmentação do conhecimento e fomentando um processo de ensino-aprendizagem significativo, o que exige, por parte dos educadores, um domínio profundo e progressivo da metodologia proposta. O espaço educativo deve ser um centro dinamizador de processos de conhecimento e deve estar sintonizado com o espaço social.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo : Boitempo, 2000.

BÁRBARA, Maristela, MIYASHIRO, Rosana, GARCIA, Sandra. *Experiências de Educação Integral da CUT: Práticas em Construção*. Rio de Janeiro : DP&A, 2004.

BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Profissional: Legislação Básica. 2ª ed. Brasília, DF : PROEP, 1998a.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Educação Profissional: Legislação Básica. 2ª ed. Brasília, DF: PROEP, 1998c.

_____. Portaria nº 646, de 14 de março de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos arts. 39 a 42 da Lei nº 2.208/97 e dá outras providências. Educação Profissional: Legislação Básica. 2ª ed. Brasília, DF: PROEP, 1998d.

_____. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF : PROEP, 2000a.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Educação Profissional: Legislação Básica. Brasília, DF : PROEP, 2004

_____. Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. DF : Setec/MEC, dez. 2003

_____. Parecer CNE/CBE nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF : CNE/CBE, 2000.

BRITTO, Luis Percival L. *A unidocência em programas de ampliação de escolaridade de adultos trabalhadores*. Mimeo. 2000.

CUT. *Política Nacional de Formação: História, Princípios, Concepções e Organização Nacional*. São Paulo : Secretaria Nacional de Formação da CUT, 1999.

_____. *Projeto de Sistematização: um ato de criação política e de conhecimento*. São Paulo : Secretaria Nacional de Formação da CUT, 2000.

_____. *Formação de Formadores para Educação Profissional: a experiência da CUT 1998/1999*. São Paulo : Secretaria Nacional de Formação da CUT/ Projeto Integral, 2000.

_____. *Sistematização*. In *O que é sistematização, uma pergunta diversas respostas*. São Paulo : SNF, 2000.

_____. *Educação Integral dos Trabalhadores: Concretizando*

Princípios. São Paulo : Secretaria Nacional de Formação da CUT, 2000.

_____. *Bases do Projeto Político Pedagógico do Programa de Educação Profissional CUT – Brasil*. São Paulo : Secretaria Nacional de Formação da CUT, 2001.

_____. 5º Congresso Nacional da CUT. Resoluções. 1994.

_____. 7ª Plenária Nacional da CUT. Resoluções. 1997.

_____. 9ª Plenária Nacional da CUT. Resoluções. 1999.

_____. 8º Congresso Nacional da CUT. Resoluções. 2003

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

_____. *Alfabetização e Cidadania*. In. *Educação Popular: Utopia Latinoamericana*. GADOTTI, M., TORRES, C. A. (orgs.). São Paulo : Ed. Cortez, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora*, mimeo, 2000.

_____. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo : Cortez, 1996.

_____. *Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação*. São Paulo : Cortez, 1983.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8ª ed.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991a.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8ª ed.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991b.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª ed.. São Paulo : Edições Loyola, 1996.

JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. João Pessoa : Editora Universitária, UFPB, 1996.

_____. *El reto de teorizar sobre la practica*. In. *Educação Popular: Utopia Latinoamericana*. GADOTTI, M., TORRES, C. A. (orgs.). São Paulo : Ed. Cortez, 1994.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1989.

LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. Maceió : EDUFAL, 1997.

_____. *Mundo dos Homens. Trabalho e ser social*. São Paulo : Boitempo, 2002.

MARX, Karl. *O Capital*. v. I. São Paulo : Nova Cultural, 1988 (Os Economistas).

- MACCIOCHI, Maria-Antonieta. *A Favor de Gramsci*. São Paulo : Paz e Terra. 1977
- MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo : Cortez, 2002.
- NEVES, Lúcia M. W. *Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 90: período Itamar Franco*. In. *Educação e Política no Limiar do Século XXI*. Neves, Lúcia M. W. (org.). Campinas : Editora Autores Associados, 2000 (Coleção Educação Contemporânea)
- _____. *Brasil 2000: nova divisão de trabalho na Educação*. São Paulo : Xamã, 2000.
- RAMOS, Marise Nogueira. *Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001
- RUMMERT, Sônia. *Educação e Identidade dos Trabalhadores*. Niterói : Intertexto, 2000
- _____. *Trabalho e Educação: uma relação que supera os limites impostos pelo capital*. In *Forma & Conteúdo*. São Paulo : SNF/CUT, n° 11, ago. 2002.
- SOUZA, João Francisco. *Para elaborar um projeto de sistematização*. In *Tópicos Educacionais*. Recife : UFPE, Centro de Educação, v. 15, n° 1/3, 1997

Direção Executiva Nacional da CUT 2003/2006

Efetivos

Presidente – Luiz Marinho. Sind.Trab. Ind. Metalúrgicas do ABC – SP
Vice-Presidente – Wagner Gomes. Sind. dos Metroviários do Estado de SP
Secretário Geral – João Antonio Felício. APEOESP – Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP
1ª Secretária – Denise Motta Dau. SindSaúde – Sind. dos Servidores Públicos em Saúde do Estado de SP
Tesoureiro – Jacy Afonso de Melo. Sind. Bancários de Brasília – DF
1º Tesoureiro – Ari Aloraldo do Nascimento. Sind. Bancários de Porto Alegre – RS
Secretário de Relações Internacionais – João Vaccari Neto. Sind. Bancários de São Paulo, Osasco e Região – SP
Secretária de Política Sindical – Rosane da Silva. Sind. Sapateiros de Ivoti – RS
Secretário de Formação – José Celestino Lourenço. SIND-UTE – Sind. Único dos Trab. em Educação do Estado de MG
Secretário de Comunicação – Antonio Carlos Spis. Sind. Unificado dos Petroleiros do Estado de SP
Secretária de Políticas Sociais – Gilda Almeida de Souza. Sind. dos Farmacêuticos do Estado de SP
Secretário de Organização – Artur Henrique da Silva Santos. Sinergia – Sind.Trab. Ind. Energia Elétrica Est. de SP
Secretária da Mulher Trabalhadora – Maria Ednalva Bezerra de Lima. Sind.Trab. Educação do Estado da PB
Escritório da CUT Brasília – Elisangela dos Santos Araújo. Sind.Trab. Rurais de São Domingos – BA
Comissão Nacional da Amazônia – Luzia de Oliveira Fatti. Sind.Trab. Rurais de Santarém – PA
Diretora Executiva – Carmen Helena Ferreira Foro. Sind.Trab. Rurais de Igarapé-Miri – PA
Diretor Executivo – Pascoal Carneiro. Sind.Trab. Ind. Metalúrgicas de Salvador – BA
Diretor Executivo – Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Sind. Assistentes Sociais do Estado do CE
Diretor Executivo – Rafael Freire Neto. APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP
Diretor Executivo – Jorge Luis Martins. Sind.Trab. Ind. de Calçados de Franca – SP
Diretor Executivo – José Maria de Almeida. STI Metalúrgicas de BH e Contagem – MG
Diretor Executivo – Júlio Turra. SINPRO – Sindicato dos Professores do ABC – SP
Diretora Executiva – Lujan Maria Bachelar de Miranda. Sind.Trab. Educação do Estado do PI
Diretor Executivo – Francisvaldo Mendes de Souza. Sind. Bancários de São Paulo, Osasco e Região – SP
Diretor Executivo – Agnaldo Fernandes Silva. SINTUFRJ – Sind.Trab. em Educação da UFRJ

Suplentes

Francisco Alano – Sind. Empreg. Comércio Florianópolis – SC
Lúcia Regina dos Santos Reis – SINTUFRJ – Sind. Trab. em Educação da Universidade Federal do RJ
Manoel Messias Nascimento Melo – SINDPD – Sind. dos Trab. em Informática do Estado de PE
Wanderley Antunes Bezerra – Sind.Trab. Ind. Dest. e Refinação de Petróleo do Estado do CE
Gilson Luiz Reis – Sind. Professores de Belo Horizonte – MG
Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes – Assoc. Serv. da Universidade Federal do RS
Vera Justina Guasso – SINDPD – Sind. dos Trab. em Processamento de Dados no Estado do RS.

Conselho Fiscal

Efetivos: José Lucimar Zunga Alves de Lima. SINTTEL – DF;
Deise Aparecida Recoaro. Sind. dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região – SP; Sergio Ronaldo da Silva. Sind. Serv. Pub. Federais de PE.
Suplentes: Rosimar Dias Machado. Sind.Trab.Ind. Metalúrgicas do ABC – SP; Mauri Luiz Rammi. Sind.Trab. Ind. Purificação/ Dist. de Água e Serv. Esgotos de Porto Alegre – RS; Wellington Luis Cabral. Sind.Trab. Ind. Químicas de São José dos Campos e Região – SP

Expediente da Secretaria Nacional de Formação da CUT

Secretário Nacional de Formação

José Celestino Lourenço tino@cut.org.br

Coordenador Geral

Martinho da Conceição martinho@cut.org.br

Assessoria

Archimedes Felício Lazzeri – archimedes@cut.org.br

Maristela Miranda Bárbara – maristela@cut.org.br

Marta Regina Domingues – marta.snf@cut.org.br

Paula Cristina Bernardo – paulacris@cut.org.br

Secretária: Dinalva A.Oliveira – dinalva@cut.org.br

Escola Sindical São Paulo

Conselho Político

Sind. Químicos do ABC
Aparecido Donizete da Silva – Apeoesp
Carlos Ramiro de Castro – Sinsexpro
Carlos Tadeu Vilanova – Sindsaúde
Célia Regina Costa – Presidente da CUT Estadual
Edílson de Paula Oliveira – Escola Sindical SP–CUT
Elias Soares e Helio da Costa – Secretário Estadual de Formação
Hildo Soares de Souza – Secretário Nacional de Formação
José Celestino Lourenço – Sind. dos Petroleiros de SP
José Samuel Magalhães – Sind. Bancários de SP
Luiz Cláudio Marcolino – Sind. Metalúrgicos do ABC
Tarcísio Secoli

Equipe de Formação

Ana Paula Alves Oliveira
Débora Pereira R. Felgueiras
Elaine Oliveira Teixeira
Elias Soares
Ernani Fernandes Moreira
Helio da Costa
José Dari Krein
Karin Adriane Hugo Lucas
Marilane Oliveira Teixeira
Mario Henrique Guedes Ladosky
Neide Verão dos Santos
Pérsio Plensack
Solange Márcia A. da Silva

Coordenação

Coordenador Geral/Secretário de Formação CUT–SP
Hildo Soares de Souza
Coordenador Administrativo
Elias Soares
Coordenador de Formação
Helio da Costa
Coordenador Executivo
Membro da Direção Efetiva da CUT–SP
Aparecido Donizete da Silva
Coordenador Executivo
Membro do Conselho Fiscal da CUT–SP
Carlos Tadeu Vilanova

Apoio Administrativo

Clarice Maria de Melo
Esther Rivellis
Apoio Pedagógico
Helanne Aparecida Pereira
Maria de Lourdes Inês Oña

Centro de Educação Integral dos Trabalhadores

Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT

Av. Luiz Boiteux Piazza, 4.810 – Ponta das Canas
CEP 88056-000 – Florianópolis/SC
Fone: (48) 261-4090

Diretor Geral

José Celestino Lourenço

Diretor Financeiro

Ari Aloraldo do Nascimento

Coordenação Pedagógica: pedagogicaethci@escolasul.org.br

Nivaldo Roberto Moretto

Rosana Miyashiro

Equipe de Educadores

Adriano da Silva Larentes

Hanan Sarkis Kanaan

Luís Gabriel Angenot

Leandro Cisneros

Apoio Pedagógico e Administrativo

Sônia Aparecida Francisco

Egilce Sueli Silva Oliveira

Participaram da elaboração e organização desta publicação: coordenação pedagógica e equipe de educadores da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha e Assessorias: Eduardo Marcos Fahl, Eleonora Vieira da Silva Neves, Elizabeth M. D. Neme, Leda Baranda Armstrong, Paulo César da Fonseca Neves, Mauro Iasi, Ismael Venâncio de Melo.

